



Em primeira mão, a Revista VIS, comprometida com o debate dos temas mais candentes de nossa atualidade, protagoniza o lançamento de número sobre o Patrimônio Cultural e Artístico Brasileiro depois do 8 de janeiro de 2023. Trata-se de uma demanda que, nos últimos meses, teve apenas iniciativas muito tímidas para a reflexão de um tema que é incontornável em nossa área. Tendemos a ver isso como uma incapacidade cultural nossa (da sociedade civil, da academia e de outras instâncias importantes na área de patrimônio cultural e artístico) de se beneficiar do momento oportuno para o debate. Isso produz mesmo uma sensação (que não é exclusiva) de estarmos à deriva das circunstâncias, o que, à primeira vista, se apresenta como fator muito prejudicial para a defesa intransigente de nosso patrimônio cultural e artístico. Fazemos votos de que outras iniciativas, nessa direção, de revistas da área de artes surjam a partir de agora.

Esse número da Revista VIS reflete a preocupação de parte da sociedade civil, das instituições e dos aparelhos estatais vinculados à promoção do patrimônio cultural e artístico, a fim de proporem ações que sejam eficazes na educação para formação de gosto, para valorização simbólica e para preservação patrimonial dos bens artísticos e culturais brasileiros; pode-se dizer que, essas iniciativas partiram de uma situação dada na barbárie praticada pela turba fascista na depredação do patrimônio artístico e cultural de Brasília e de uma análise de circunstância, muito realista, do Governo Federal e portanto do IPHAN, depois dos acontecimentos de 08 de janeiro de 2023. De fato, a depredação tanto do Palácio do Planalto quanto do Supremo Tribunal Federal acendeu o sinal de alerta sobre o desconhecimento da maioria da população brasileira sobre o fato de os palácios de Brasília terem coleções ricas em arte, mobiliário, tapeçarias, sem falar na importância reconhecidamente internacional da arquitetura de Niemeyer e do plano urbanístico de Lucio Costa, elevados que são a patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO. O Governo Federal não perdeu tempo em condenar a ação golpista e em condenar a depredação do patrimônio da cultura e da arte brasileiras. Ademais, não só condenou, mas agiu prontamente. Tanto isso é verdade que a nova direção do IPHAN foi diligente, em primeira ordem, procedeu à abertura de edital para Projetos de Educação Patrimonial, naquele ano, a fim de oportunizar iniciativas potencialmente geradoras de consciência crítica sobre a importância que se deve dar aos bens artísticos e culturais. O objetivo era atuar não somente na definição de marcos de recuperação (valorização) do patrimônio depredado, mas também oportunizar as iniciativas e ações que se direcionam para abrir as coleções de arte dos palácios, garantindo, ao invés do afastamento entre arte, cultura e público em geral, a aproximação e a sensação de pertencimento (educação e formação do gosto pela arte e pela cultura) ao público em geral.

Além do dossiê supracitado, na parte de fluxo contínuo, gostaríamos de destacar o artigo de Felipe Muanis, intitulado “Entre Imagem e Texto: o testemunho gráfico como olhar do ilustrador-testemunha”, que trata da questão central da memória a partir da análise e interpretação de características, similaridades, diferenças e especificidades de testemunhos gráficos de várias pessoas que foram vítimas e testemunharam graficamente sobre os horrores da guerra, perseguidas e assassinadas, que foram, pelo Nazismo, principalmente nos campos de concentração de Auschwitz e Buchenwald. O artigo de Muanis expressa conosco que com ele somos irmanados, a mesma preocupação de Theodor Adorno, para que ‘Auschwitz não se repita’.

Ainda na seção de fluxo contínuo, o tema da memória retorna sob outro aspecto no artigo de Bethielle Kupstaitis. Em seu texto, a autora investiga a prática do desenho

cego, que consiste na representação imagética de um objeto ou ação apenas utilizando a lembrança. Partindo de alguns desenhos do escritor e ativista italiano Carlo Levi, Kupstaitisbusca compreender de que maneira sua cegueira alterou, mas não impediu, o exercício de sua poética. Fechando esta seção, o pesquisador Alan de Oliveira, no artigo “Imagem e Estética do Pensamento Rodante Aplicados nas Artes Visuais Afrodiaspóricas”, demonstra a importância da prática e do pensamento rodante para as culturas de povos africanos e afrodiaspóricos nas artes visuais.

Também faz parte desse número e é digna de menção a resenha crítica de Tarci-la Formiga sobre o livro que Gláucia Villas Bôas lançou em 2023, intitulado “Mário Pedrosa, crítico de arte e da modernidade”. Esse livro é, conforme explicita a resenhistas, resultado da trajetória exitosa e consolidada de Villas Bôas em área de estudos de Sociologia da Arte e da Cultura, e no trabalho incansável de formação de novos pesquisadores. Talvez a grande contribuição do livro de Villas Bôas seja o fato de ter tratado de um tema central de preocupação de Pedrosa que era a compreensão do lugar da arte moderna na crítica da modernidade. A aposta de Pedrosa na arte moderna (arriscamos dizer que aqui não esteja incluída a arte pós-moderna) seria então a compreensão de que ela seria capaz de romper com as grades da racionalidade instrumental da modernidade e infundir transformações essenciais na realidade.